

36 ALGORITMOS E A EROÇÃO DA AUTONOMIA ECONÔMICA: UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS DA MANIPULAÇÃO DE MERCADO AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Luis Roberto de Vasconcelos Maia

Graduando, UniCesumar, Estudante, luisrmaia@outlook.com

Thomaz Jefferson Carvalho

Doutor, UniCesumar, Professor, thomaz.carvalho@unicesumar.edu.br

INTRODUÇÃO

No cenário contemporâneo, a relação entre tecnologia e economia tem se revelado um campo fértil para inovações e, simultaneamente, para novas formas de conflitos e desafios regulatórios. A crescente implementação de algoritmos complexos em operações de mercado não é uma exceção, delineando um panorama em que a autonomia econômica individual e coletiva é posta em xeque. O presente artigo visa desvendar as camadas como as tecnologias algorítmicas influenciam a liberdade econômica e a privacidade dos usuários, elementos fundamentais para a sustentação de uma sociedade democrática e justa.

A relevância deste estudo se ancora na urgência de compreender como os algoritmos, especialmente aqueles empregados em grandes conglomerados e sistemas financeiros, podem manipular mercados e, conseqüentemente, limitar a autonomia econômica dos indivíduos. Essa manipulação, muitas vezes imperceptível aos olhos do público e dos reguladores, pode resultar em uma distribuição de recursos menos equitativa e em uma maior concentração de poder nas mãos de poucos entes privados.

Os objetivos deste projeto são múltiplos e interconectados. Primeiramente, busca-se mapear de forma precisa como os algoritmos estão sendo utilizados para influenciar o mercado de maneiras que podem comprometer a liberdade econômica. Pretende-se, também, analisar as conseqüências dessas práticas para a privacidade dos indivíduos, visto que a coleta e análise de grandes volumes de dados são fundamentais para o funcionamento desses algoritmos. Em última análise, o estudo aspira propor padrões regulatórios e éticos que possam mitigar os impactos negativos dessas tecnologias, assegurando que a inovação tecnológica sirva ao bem comum, respeitando os direitos fundamentais dos cidadãos.

É essencial, todavia, reconhecer as limitações inerentes a um estudo desta natureza. A rapidez com que a tecnologia evolui e a complexidade dos algoritmos envolvidos representam desafios significativos para a análise profunda e contínua. Ademais, a opacidade com que essas operações algorítmicas são frequentemente conduzidas aumenta a dificuldade na obtenção de dados precisos e verificáveis, o que pode restringir a compreensão completa dos mecanismos em jogo.

Portanto, ao abordar a complexidade dos algoritmos e sua capacidade de influenciar a autonomia econômica e a privacidade, este estudo não apenas contribui para um campo de pesquisa em expansão, mas também ressalta a necessidade imperativa de um diálogo mais robusto entre desenvolvedores tecnológicos, legisladores, acadêmicos e o público. Esse diálogo é crucial para a criação de um ambiente econômico que promova tanto a

inovação quanto a justiça social, evitando a erosão dos direitos e liberdades que formam a base de nossas sociedades.

PROBLEMA DE PESQUISA

O problema central deste estudo se concentra na influência dos algoritmos sobre a autonomia econômica dos indivíduos, particularmente no que tange à manipulação de mercado e seus efeitos colaterais sobre direitos personalíssimos como a liberdade econômica e a privacidade. A pesquisa busca compreender em que medida a intervenção algorítmica pode comprometer a capacidade dos consumidores de tomar decisões independentes e autônomas, explorando as implicações jurídicas e éticas dessas interferências. Dada a crescente inserção de sistemas automatizados nas práticas comerciais e financeiras, torna-se imperativo avaliar os riscos associados à dependência tecnológica e sua conformidade com os princípios de equidade e transparência. Assim, o presente estudo se propõe a delinear os contornos pelos quais os algoritmos podem alterar o equilíbrio de poder no mercado, questionando a suficiência das normativas atuais em proteger os interesses dos consumidores e garantir uma concorrência leal.

OBJETIVO

Este estudo visa elucidar as consequências dos algoritmos na erosão da autonomia econômica, detalhando como essas ferramentas tecnológicas podem manipular o mercado de maneiras que prejudicam direitos individuais como a liberdade econômica e a privacidade. O propósito central é fornecer uma compreensão abrangente de como esses mecanismos operam e afetam as liberdades individuais, contribuindo assim para debates legislativos e políticas públicas.

Dentro desse quadro, os objetivos específicos incluem: primeiro, investigar a extensão e os métodos pelos quais os algoritmos influenciam decisões econômicas e moldam comportamentos de consumo sem o conhecimento explícito dos usuários. Em segundo lugar, analisar as implicações legais dessas práticas, explorando como a legislação atual se adapta ou falha em proteger contra tais manipulações. Terceiro, propor recomendações para aprimorar os quadros regulatórios, visando proteger eficazmente os direitos à liberdade econômica e à privacidade na era digital.

METODOLOGIA

O tipo de conhecimento é científico, tipo de pesquisa será o bibliográfico e documental, abrangendo a investigação de obras doutrinárias, legislação nacional e internacional pertinente, jurisprudência e documentos eletrônicos relacionados. Através dessa variedade de fontes, busca-se uma compreensão ampla e aprofundada do tema.

No que concerne aos objetivos, a pesquisa se caracterizará como exploratória, visto que visa identificar e esclarecer aspectos fundamentais do objeto de estudo, possibilitando uma visão inicial e estruturada sobre o tema. A abordagem metodológica utilizada será o método hipotético-dedutivo, que parte de hipóteses previamente estabelecidas e utiliza a dedução para testar sua validade, buscando confirmar ou refutar essas hipóteses por meio da análise do material coletado. Dessa forma, o método permite a construção de conclusões lógicas com base nas informações obtidas durante a investigação.

RESULTADOS ESPERADOS

A pesquisa visa elucidar os efeitos insidiosos que algoritmos específicos podem ter sobre a autonomia econômica individual, desvendando as interações complexas entre tecnologia, liberdade econômica e privacidade. Espera-se que a análise revele padrões e tendências na aplicação de algoritmos que potencializam práticas de influência de mercado, bem como as consequências dessas práticas para os direitos da personalidade.

O presente estudo ainda está sendo desenvolvido e portanto, projeta-se, também, que a pesquisa oferecerá percepções sobre o equilíbrio necessário entre inovação tecnológica e proteção dos direitos econômicos e privacidade dos indivíduos. Esses achados poderão fornecer substrato para o desenvolvimento de diretrizes ou políticas que visem a regulamentação mais efetiva de tecnologias disruptivas no contexto econômico, assegurando que o progresso tecnológico não se sobreponha à integridade econômica e pessoal.

Ao término do estudo, espera-se formular recomendações práticas para *stakeholders* em diversos níveis, desde formuladores de políticas até entidades reguladoras e empresas desenvolvedoras de tecnologia, orientando a criação de um ambiente de mercado mais justo e transparente. Estes resultados não apenas validam teorias existentes sobre os impactos da automação e digitalização na economia, mas também propiciam a exploração de novas teorias sobre a interação entre economia digital e direitos humanos fundamentais.

FONTES FINANCIADORAS: Trabalho financiado pela UniCesumar no PIBIC⁸ Programa de Iniciação Científica

REFERÊNCIAS:

BIONI, Bruno Ricardo. **Proteção de dados pessoais: a função e os limites do consentimento**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021, 514 p.

BITTAR, Carlos Alberto. **Os direitos da personalidade**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

PUECHE, José Henrique Bustos. **Manual sobre bienes y derechos de la personalidad**. Madrid: Dykinson, 1997.

CANTALI, Fernanda Borghetti. **Direitos da Personalidade: disponibilidade relativa, autonomia privada e dignidade humana**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009. 267 p.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Trad. Roneide Venâncio Majer. 23 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia Internet: reflexões sobre a Internet, negócios e a sociedade**. Zahar, 2003.

CUPIS, Adriano de. **Os direitos da personalidade**. São Paulo: Romana Jurídica, 2004.

PERLINGIERI, Pietro; FEMIA, Pasquale. **Nozioni introduttive e principi fondamentali del diritto civile**. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 2004.

SMITH, Adam. Restrições à Importação de Mercadorias Estrangeiras que Podem Ser Produzidas no Próprio País. In: SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. 4. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Cap. 2. p. 435-452. Disponível em: <http://www.projetos.unijui.edu.br/economia/files/Adam-Smith-2.pdf>. Acesso em: 27/04/2024.

SZANIAWSKI, Elimar. **Direitos da Personalidade e Sua Tutela**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

TEPEDINO, Gustavo. **A Tutela da Personalidade no Ordenamento civil-constitucional brasileiro**. Disponível em: http://www.academia.edu/download/52048906/A_tutela_da_personalidade_no_ordename nto_civil-constitucional_brasileiro.pdf. Acesso em: 24/04/2024.